

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994</a> , que institui a Cédula de Produto Rural, e a <a href="#">Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020</a> , para dispor sobre o Fundo Garantidor Solidário.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º A CPR conterá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto:	“Art. 3º ..... .....”
§ 4º No caso de emissão escritural, admite-se a utilização das formas previstas na legislação específica quanto à assinatura em documentos eletrônicos, como senha eletrônica, biometria e código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível, inclusive para fins de validade, eficácia e executividade.	§ 4º Na hipótese de emissão escritural, observada a legislação específica, as partes contratantes estabelecerão a forma e o nível de assinatura eletrônica que serão admitidos para fins de validade, eficácia e executividade, observadas as seguintes disposições:
	I - na CPR e no documento à parte com a descrição dos bens vinculados em garantia, se houver, será admitida a utilização de assinatura eletrônica simples, avançada ou qualificada; e
	II - no registro e na averbação de garantia real constituída por bens móveis e imóveis, será admitida a utilização de assinatura eletrônica avançada ou qualificada. .....” (NR)
<a href="#">Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º As operações de crédito realizadas por produtores rurais, incluídas as resultantes de consolidação de dívidas, poderão ser garantidas por Fundos Garantidores Solidários.	“Art. 1º Qualquer operação financeira vinculada à atividade empresarial rural, incluídas aquelas resultantes de consolidação de dívidas e aquelas realizadas no âmbito dos mercados de capitais, poderá ser garantida por Fundos Garantidores Solidários - FGS.” (NR)
Art. 3º Os participantes integralizarão os recursos do FGS, observados a seguinte estrutura de cotas e os seguintes percentuais mínimos, incidentes sobre os saldos devedores das operações financeiras garantidas pelo FGS:	“Art. 3º Os participantes integralizarão os recursos do FGS, observada a seguinte estrutura de cotas ^:
I - cota primária, de responsabilidade dos devedores, correspondente a 4% (quatro por cento);	I - cota primária, de responsabilidade dos devedores^; e
II - cota secundária, de responsabilidade do credor ou, na hipótese de consolidação, dos credores originais, correspondente a 4% (quatro por cento); e	II - cota secundária, de responsabilidade do garantidor ^, se houver. ^ .....” (NR)
Art. 6º O Estatuto do Fundo disporá sobre a forma de constituição do FGS e sua administração, a remuneração do administrador, a utilização dos recursos e sua forma de atualização, a representação ativa e passiva do fundo, entre outras disposições necessárias ao seu funcionamento.	“Art. 6º O estatuto do FGS disporá sobre:

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1104/2022

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - a forma de constituição <sup>^</sup> e de administração do Fundo;
	II - a remuneração do administrador do Fundo;
	III - a utilização dos recursos do Fundo e a forma de atualização;
	IV - a representação ativa e passiva do Fundo; e
	V - a aplicação e a gestão de ativos do Fundo.
	Parágrafo único. O estatuto de que trata o caput poderá estabelecer outras disposições necessárias ao funcionamento do FGS." (NR)
<a href="#">Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020</a>	<b>Art. 3º</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 13.986, de 2020</a> :
Art. 1º Qualquer operação financeira vinculada à atividade empresarial rural, incluídas aquelas resultantes de consolidação de dívidas e aquelas realizadas no âmbito dos mercados de capitais, poderá ser garantida por Fundos Garantidores Solidários - FGS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.104, de 2022)	I - o parágrafo único do art. 1º;
Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao financiamento para implantação e operação de infraestruturas de conectividade rural.	
Art. 2º Cada Fundo Garantidor Solidário (FGS) será composto de:	II - o inciso II do caput do art. 2º;
.....	
II - o credor; e	
Art. 3º Os participantes integralizarão os recursos do FGS, observada a seguinte estrutura de cotas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.104, de 2022)	III - do art. 3º:
.....	
III - cota terciária, de responsabilidade do garantidor, se houver, correspondente a 2% (dois por cento).	a) o inciso III do caput; e
§ 1º A cota terciária poderá ser integralizada por meio da redução do saldo devedor do credor garantido pelo FGS.	b) o § 1º, o inciso II do § 2º, e o § 3º;
§ 2º Na hipótese de consolidação de dívidas:	
.....	
II - os percentuais de que trata o caput deste artigo incidirão sobre os valores que vierem a ser consolidados, considerando o crédito de cada um dos credores originais.	
§ 3º Os percentuais estabelecidos para composição do FGS poderão ser majorados, desde que se mantenha a proporção entre as cotas de mesma categoria de participantes, permitida a alteração da proporcionalidade entre as cotas primária, secundária e terciária, se houver.	

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1104/2022

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 4º O ressarcimento ao credor ou, na hipótese de consolidação, à instituição consolidadora, ocorrerá por meio da utilização dos recursos do FGS, após o vencimento e o não pagamento da parcela ou operação, observada a seguinte ordem:</p> <p>.....</p> <p>III - cota terciária.</p>	<p>IV - o inciso III do caput do art. 4º; e</p>
<p>Art. 5º O FGS será extinto após a quitação de todas as dívidas por ele garantidas ou o esgotamento de seus recursos.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese de extinção do FGS pela quitação das dívidas, os recursos remanescentes, conforme disposto no art. 6º desta Lei, serão devolvidos aos cotistas de modo a repor os valores inicialmente aportados, considerada a proporção da integralização efetuada por cada um deles, nesta ordem:</p> <p>I - cota terciária;</p> <p>.....</p>	<p>V - o inciso I do parágrafo único do art. 5º.</p>
	<p><b>Art. 4º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>